
ABU DHABI – Discussão do GAC sobre jurisdição
Domingo, 29 de outubro de 2017 – 12h00 a 12h30 GST
ICANN60 | Abu Dhabi, Emirados Árabes Unidos

THOMAS SCHNEIDER: E dá oportunidade para que o GAC ofereça o seu assessoramento. Então, quero convidar o GAC para que releia e saiba qual a informação adicional que existe a respeito, quando terminar a reunião 60. Eu vou tentar procurar o texto da resolução e disponibilizar, assim que possível, antes da tarde. Não é uma decisão tomada sobre o conteúdo, mas sobre o processo. Em especial, se convida o GAC que dê algum tempo a esse tema, e que, também, faça alguma recomendação ou dê sua informação adicional. É bom conhecer esta decisão, e dar resolução, assim que estiver disponível.

Obrigado. Isto posto, vamos passar, agora... o ponto número 11, que tem a ver com a jurisdição. Como já falamos, há vários elementos. Isso faz parte da área de trabalho dois, do trabalho do grupo intercomunitário sobre a prestação de contas, e o outro ponto tem a ver com a agenda do grupo intercomunitário, sobre a jurisdição. Vamos tratar desses dois assuntos. Vou passar, agora, a palavra para Thomas, para que continuemos com o intercâmbio durante os próximos 30 minutos. Obrigado.

Observação: O conteúdo deste documento é produto resultante da transcrição de um arquivo de áudio para um arquivo de texto. Ainda levando em conta que a transcrição é fiel ao áudio na sua maior proporção, em alguns casos pode estar incompleta ou inexata por falta de fidelidade do áudio, bem como pode ter sido corrigida gramaticalmente para melhorar a qualidade e compreensão do texto. Esta transcrição é proporcionada como material adicional ao arquivo de áudio, mas não deve ser considerada como registro oficial.

TOM DALE:

Os dois assuntos que o GAC deve tratar nos próximos 30 minutos, têm a ver com desenvolvimentos feitos no grupo intercomunitário, sobre prestação de contas, em especial, no subgrupo que trata a questão da jurisdição. Esse subgrupo realizou reuniões em Abu Dhabi, desde sexta-feira passada, e trabalhou de forma muito ativa no subgrupo de jurisdição. Então, com certeza, eu vou fazer uma atualização a respeito. Parte do debatido nessa sessão, foi disponibilizado, já apresentou Olga, a representante da Argentina, há alguns dias atrás.

O segundo tema é uma sessão intercomunitária, que vai acontecer durante esta semana, e os membros do GAC que estão envolvidos de forma direta na preparação dessa sessão, foi o representante do Brasil. Com os participantes de toda comunidade, vamos ter um debate para tratar não só os temas específicos, que têm a ver com o subgrupo de jurisdição, mas, também vamos tratar temas mais gerais, como questões de política e sua relação com a jurisdição da ICANN. Essa sessão foi desenhada para tratar esses temas. Obrigado, Thomas.

THOMAS SCHNEIDER:

O que é o mais importante, a respeito aos temas de jurisdição, do seu ponto de vista?

BRASIL:

Obrigado Thomas e Tom, por introduzirem o tema. Como já foi dito, estamos muito interessados nesse debate. Na realidade, nós consideramos esse tema, em particular – sem restar importância aos outros, da área de trabalho dois –, que precisa de particular atenção da área de trabalho dois, no que diz respeito aos debates da transição. Isso tem que continuar para além do processo de transição. Participamos desses debates, eu diria, desde o dia número um. Inclusive, durante a primeira etapa da transição, identificamos as questões em torno da jurisdição. Algumas são de essencial importância da perspectiva do nosso governo, como já assinalamos.

Diria que isso também se aplica à perspectiva de todos os governos. Estivemos a par e fazendo um acompanhamento do debate, e a conclusão é que, nesse momento, estamos em uma etapa na qual a ICANN mudou a sua forma de operar em relação ao período pré-transição, e a sua relação unilateral com o governo dos Estados Unidos, que mudou. Agora, a responsabilidade está focada na comunidade, em seu conjunto. Entretanto, a natureza legal não mudou. Da perspectiva do meu governo e de uma série de representantes que compartilhamos desse ponto de vista, é problemático trabalhar em um ambiente no qual, finalmente, existe um único governo, que tem uma espécie de influência um pouco maior, e, do ponto de vista de que

jurisdição se aplique. São seus tribunais os que têm a última palavra, no momento de administrar a justiça.

E também se debate quais são os impactos que pode ter isto no trabalho da organização, do ponto de vista de uma entidade que está constituída sob as leis dos Estados Unidos, e sujeita à sua legislação. Então, caso não haja imunidade, como pode ser pontualmente, a ICANN tem uma empresa ou organização constituída com base nas leis dos Estados Unidos. Nós entendemos que, de certa forma, se negou o tratamento desse tema, mas o que dizemos, considerando o que se decidiu na primeira etapa da transição, é que consideramos alguns aspetos que devem ser respeitados. Nós acordamos que a ICANN e seus escritório principais deveriam permanecer nos Estados Unidos, e sujeitos à jurisdição da Califórnia, para as suas atividades principais. Apesar disso, pensamos ser importante determinar papeis, em particular, por toda a comunidade que governa ou abrange temas de jurisdição, e que humanizem a humanização, caso exista alguns efeitos não desejáveis com relação a esse tema. Para isso, há um grupo de trabalho. Foram exploradas algumas opções. Sugerimos uma abordagem, junto com outros colegas e certa parte da comunidade, que não teve a atenção necessária no grupo de trabalho. Então, a nossa posição continua sendo uma opinião minoritária.

O grupo, com base no consenso, chegou a um acordo. Nós não nos aderimos a esse consenso, levando em conta o estranho conceito que existe sobre consenso, mas há um relatório que inclui dois conjuntos ou grupos de recomendações. Nós pensamos que é algo positivo nós não nos opormos às recomendações, sempre que não toque em aspectos principais. Também houveram as questões importantes identificadas, e, do nosso ponto de vista, foram os motivos principais para lançar a área de trabalho dois. Não dizemos que não vemos nenhum avanço nas recomendações, se elas são aquelas que vão ser fornecidas como resposta, por parte do grupo de trabalho, em relação ao seu mandato. Temos uma diferença de sentirmos quanto à opinião. Isto está adicionado ao relatório que também vai ser disponibilizado. Então, isso é o que tem a ver com a discussão do tema.

Quanto às sessões intercomunitárias, como devem lembrar, propusemos, inicialmente, discutir o tema. Para além disso, é claro que temos que considerar o trabalho realizado dentro do grupo de trabalho. Isto é algo que deve ser considerado, mas não devemos nos limitar a isto ou ao trabalho realizado pelo grupo. Eu acho que seria uma boa oportunidade para receber contribuições abertas, transparentes, com a comunidade, em geral, e, também, novas ideias, e considerar outros aspectos que, para nós, são importantes para determinar qual o alcance da

importância desse tema para outros. Essa seria a ideia dessa sessão do grupo de trabalho intercomunitário.

Tal como é entendido, a sessão será dividida em duas partes. Em uma primeira estância, vai se analisar o trabalho do subgrupo, e isto vai ser liderado pelo redator de atas do grupo de trabalho, e eu vou liderar a segunda parte da sessão, em que vamos abordar outros aspectos relativos à jurisdição, não abordados pelo grupo de trabalho. Então, basicamente, isso é o que nós conseguimos. Nos preocupava o horário dessa sessão, a administração do tempo dedicado a ela, porque devemos abordar muitas questões, e vai haver muitos participantes. Não queremos estender demais, mas achamos que é importante ter uma discussão aberta e transparente sobre esses temas. Para nós, é o tema mais importante a tratar dentro da ICANN, para garantir que tenhamos uma organização na qual todos possamos trabalhar em condições que nos deem conforto e que possamos ser plenamente responsáveis com relação aos nossos governos, também. Nós trabalhamos, sabemos que a natureza do nosso trabalho é única. Essa é uma organização sui generis, e, como governos, aceitamos trabalhar dentro dessa organização, mas acho que o aspecto da jurisdição, do fórum, é muito importante e essencial que tenhamos um âmbito implementado, que esteja alinhado com o marco geral que nos deu para a agenda da Tunísia.

Isso é o que eu queria adicionar. Quero convidar os colegas para que considerem o que se fez no grupo e trabalho, e, se tivermos uma opinião diferente, talvez, possamos ter um bom entendimento de quais questões foram colocadas. Acho que vai ser benéfico para todos, sempre que possamos fazê-lo antes da sessão do grupo de trabalho.

RÚSSIA:

Obrigada pela oportunidade de debater esse tema. Do nosso ponto de vista, é de extrema importância, e isso coloca as bases para todo o sistema falar das operações de uma organização tão grande e das suas funções internacionais – é claro que tudo dentro do seu próprio mandato. Acreditamos que a filiação com o país, em particular, cria riscos potenciais para o sistema, em nível internacional. Também, nós precisamos aderir as leis e regulações que estão nos Estados Unidos ou que incluem sanções comerciais e questões similares.

Então, temos que pensar em recomendações para reduzir esses riscos. Nós temos que ter medidas para poder abordar esses desafios, e não proteger apenas os atores de internet em certos países. Temos, também, sanções impostas por organizações internacionais, como as Nações Unidas, mas isso deve ser considerado. Outro debate de grande importância, principalmente para nós, é discutir o tema da possível imunidade.

Mas o debate, em si, não é suficiente. Nós não devemos nos limitar a uma só alternativa, permanecer na jurisdição dos Estados Unidos. Devemos abordar a possibilidade de encontrar outras soluções, e queríamos apoiar o comentário do colega do Brasil.

Nós acreditamos que a sua posição merece mais atenção, e um debate intercomunitário. Esperamos que a nossa voz seja ouvida. Nós estamos a par de que é uma situação extremamente difícil, que não tem uma solução simples. Apesar disso, é necessária uma análise profunda e um debate multissetorial. Nós estivemos apresentando alguns dos princípios guia, e isso está incluso na nossa lista de correio eletrônico – vocês podem acessar essa informação. Achamos que o interesse público – que é muito importante para a missão da ICANN – é um aspecto muito importante do debate. Muito obrigado.

CHINA:

No que diz respeito a essa questão, nós tivemos alguns debates e trocas na lista de correio eletrônico, antes dessa reunião. Também, os comentários do representante do Brasil e da Rússia. Bom, para a China, devo dizer que os pontos de vista expressos pelos colegas, nós também compartilhamos das mesmas preocupações conforme o que ouvimos dos membros do GAC, do representante do Brasil, vemos que o procedimento no subgrupo de jurisdição, resulta problemático. Do ponto de vista da China,

também pensamos que o tema da jurisdição é uma questão, em si, problemática, e precisa da atenção dos multi setores, dos multi stakeholders. Assim como vemos na China, em março desse ano, discutimos o tema da jurisdição entre as partes interessadas. Algumas delas, expressaram que enfrentam desafios, com relação ao estado atual da jurisdição.

Nós também coletamos essas opiniões, pontos de vista, por escrito, para dar as nossas contribuições às perguntas que surgiram, e ao questionário do subgrupo de jurisdição. As partes interessadas, na China, expressaram os desafios que surgem em nível comercial, e, também, alguns palestrantes falaram sobre o tema da soberania. Então, para a sessão intercomunitária, sobre o tema de jurisdição, queria apoiar o representante do Brasil, e, também, queria dizer que concordo com o que expressou a representante da Rússia, quanto a não ficar com uma só opção. Nós podemos falar de diferentes opções sobre esse tema. Obrigado.

PORTUGAL:

O que os colegas anteriores disseram, exprime bem a (inint) [00:21:16] de Portugal sobre este assunto. Quem falou, foi o Brasil, Rússia, China, Portugal. Se formos ver as discussões por e-mail do Cross Community Working Group, são, basicamente, americanos. Portanto, o que eu acho que precisamos para uma discussão justa

sobre esse assunto, é uma Cross Nationality Working Group, porque a Cross Community está, nesse momento, basicamente com pessoas dos Estados Unidos, o que é óbvio que é muito difícil de discutir um assunto dessa natureza, com pessoas do próprio país. Se ICANN estivesse em Portugal, obviamente que qualquer português, de qualquer group, iria defender o que estou defendendo nesse Cross Community. Em suma, o que eu acho que falta, aqui, é uma Cross Nationality. Obrigada.

THOMAS SCHNEIDER: Antes de dar a palavra a Irã e à França, há uma pergunta do membro do GAC, que está participando de forma remota. Glória Katuuku, de Uganda, quer escutar os pontos de vista das pessoas que mencionaram sanções, como vão ser sancionados os nossos países, a respeito de diferentes licenças, por assim dizer, com relação à jurisdição da ICANN.

IRÃ: A jurisdição é um dos elementos mais importantes da prestação de contas. Logo de início, participamos, de forma ativa, de todas as reuniões, e realizamos essa pergunta no meio do processo. Perguntamos, ao presidente do grupo, em que estância estávamos: no começo do final, ou no final do começo. Ainda não sabemos. Não nos responderam. Temos essa dificuldade, esse problema. Há uma imposição unilateral de uma jurisdição que

continua sendo aplicada nos demais países. Em virtude do tempo, não vou me reiterar o que manifestou distinto representante do Brasil e os distintos colegas da Rússia, China e Portugal.

Essa questão continua sem resposta. Houve algumas etapas cumpridas, mas continua sendo um assunto sem solução. Apoiamos totalmente o que falou a Rússia, a respeito das sanções, e, também, os demais problemas que isso gera para países, quanto às questões políticas. Também entramos, agora, em questões técnicas, que têm a ver com o DNS. Temos que continuar tratando este tema e continuar com essas ações, nos próximos meses ou anos, e encontrar uma solução tal qual mencionou o distinto colega do Brasil.

De forma tal que possamos chegar a uma situação satisfatória a respeito deste tema. Temos que ver a eleição do sistema jurídico. Talvez, não cheguemos à uma solução. Talvez, não exista nada que funcione, mas somos como uma espécie de remédio para um problema, uma Aspirina para uma doença muito grave. Então, nos deram algumas situações que tranquiliza, mas o problema principal continua existindo, e vai continuar. Alguns países, como, por exemplo, o nosso, sofre a questão das sanções. Essa situação não mudou.

Tudo aquilo que a ICANN solicita, as habilitações, está dentro da teoria, mas achamos que acaba não sendo uma realidade. Nós

queremos certa imunidade, e não total. Então, vai ser difícil trabalhar a respeito desse tema. Então, se continuarmos avançando, veremos que vão existir os problemas. Não temos a certeza de qual é a situação atual. Deveríamos ter uma situação que funcionasse, para nós conseguirmos resolver, porque essa situação existe desde o início da ICANN. Para nós, a transição foi uma questão técnica. A questão mais importante da jurisdição, ainda fica pendente, e, se ela não for atendida, a transição não acontece, de fato.

Então, nós não estivemos de acordo com a recomendação, e vemos que, agora, China e Rússia também apoiam este grupo, e esperamos que outros membros do GAC também façam uma revisão exaustiva do relatório sobre jurisdição, a respeito do tema de prestação de contas. No período de comentário públicos, esperamos conseguir outros apoios. Temos que trabalhar juntos para encontrar uma solução para este problema. Não estamos nos opondo a nada, apenas queremos encontrar uma solução satisfatória para todos, e não apenas para alguns poucos países. Obrigado.

FRANÇA:

Quero agradecer o embaixador Benedito por esta liderança constante na iniciativa sobre a jurisdição. O governo da França concorda, plenamente, na análise que faz o Brasil sobre a

autonomia da ICANN, quando às questões de jurisdição. Uma coisa não é (inint) [00:28:25] o contrato que existia entre o governo dos Estados Unidos com a ICANN, mas outra coisa é ter uma plena independência do sistema jurídico e judicial dos Estados Unidos, que pode ter um impacto na forma de como a ICANN realiza as suas atividades.

Com respeito ao subgrupo, sobre a jurisdição do CCWG, eu acho que, até agora, temos recomendações que estão bem orientadas. No entanto, não são suficientes. Então, queremos, também, apoiar a posição do Brasil e de outros, da declaração realizada pelo Brasil. E nós gostaríamos que esse subgrupo continuasse trabalhando, e por também, a questão da imunidade parcial. Esse seria um passo para avançar com este tema. Obrigado, senhor presidente.

BRASIL:

Eu serei breve. Eu gostaria de mencionar, como já falei, que a ICANN é uma organização única, e nós valorizamos o modelo adotado por ela. Queremos fortalecer esse sistema, contribuir, dar mais legitimidade. No entanto, apesar de ser único, nós queremos indicar que não está dissociado do resto do ecossistema, seja o de governança da internet, ou do entorno internacional, no seu conjunto. Então, o que queremos, é ter muito cuidado a respeito das nossas atitudes, para sermos

coerentes e estarmos em linha com o que fazemos em outros âmbitos. Eu digo isto porque, talvez, a nossa posição seja mal interpretada, quando falamos sobre jurisdição.

Talvez, as partes interessadas não governamentais, pensem que estamos falando de dar um maior papel aos governos, em detrimento de outras partes. Essa não é a situação. O que nós queremos dizer é que, dentro da ICANN e do modelo multi setorial, queremos ter a certeza de que os governos funcionem em pé de igualdade com outros. Isto não tem nada a ver com a relação entre os atores governamentais e não governamentais, dentro do modelo. Devemos levar isto presente nos debates sobre jurisdição. Até ano passado, quando se colocou em prática a transição, trabalhávamos no entorno que tinha sido imposto. Não pediram para validar ou apoiar nada. Nós trabalhamos de boa-fé, em condições previamente estabelecidas, mas, a partir de agora, estão nos pedindo que trabalhemos juntos, para gerar um novo esquema, um novo regime, e apoiar, estabelecer as regras correspondentes. Então, agora, estão pedindo para nós trabalharmos no esquema validado e apoiado por nós.

Então, nos preocupa muito sempre um mal precedente, de trabalharmos no entorno único, mas que não está dissociado do resto do mundo. Nós seríamos um mal precedente, se, como governo, não pudermos entrar em acordo. Então, existiria apenas um país que determina as regras. Estados Unidos seria agora,

depois poder ser Portugal, mas não se trata de um país único, se não do princípio que diz que os governos devem ter um pé de igualdade na sua participação. Isso serviria para fortalecer o modelo no qual estamos trabalhando plenamente, e acreditamos. Isso faz parte do nosso DNA, no Brasil, participar, se sentindo bem neste âmbito, mas de uma forma tal que possamos validar e apoiar o marco de trabalho correspondente. Queremos encontrar soluções que vão além das propostas, atualmente, sobre grupos de trabalho.

E, para concluir, quero manifestar, também, que, às vezes, existem comentários dizendo que esta situação não é possível, realista, do ponto de vista político, que seria totalmente novo paradigma. Reitero: estamos trabalhando com a internet, com a fronteira do conhecimento, no entorno no qual tudo acontece de uma forma dinâmica, e não existem fronteiras. Então, a governança de internet, provavelmente, seja o entorno mais apropriado para que possam surgir soluções inovadoras. Podemos, também, ter a certeza de que o modelo multi setorial pode ser dotado, finalmente. Então, isso não deveria impedir de analisar novos modelos, novas ideias, que vão além do marco atual. Eu acho que isso faz parte do que temos que fazer nessa organização, em especial. Obrigado.

THOMAS SCHNEIDER: Obrigado, Brasil. Chegamos até o final do tempo disponível para esta sessão. Vamos concluir. Em primeiro lugar, definitivamente, este não é o final dos debates sobre esse assunto. Vamos ter uma sessão intercomunitária, na quinta-feira, e, também, esta área de trabalho número dois, quanto à prestação de contas, que vai continuar trabalhando, e vamos apresentar comentários sobre um relatório que será publicado. Inclusive, os membros do GAC vão poder apresentar, também, seus próprios comentários. Então, aqui, não conclui o debate, mas sim esta sessão. Desejo que aproveite o seu almoço, e começaremos, novamente, as sessões aqui, nessa sala, 13 e meia da tarde.

IRÃ: Senhor presidente, a respeito dos ditos na última parte da sua intervenção, eu gostaria de incluir, no relatório ou no comunicado, que o trabalho continua em andamento, e que os membros do GAC são convidados a revisar, com cuidado, os comentários correspondentes. Eu acho que isto é importante para o nosso comunicado.

THOMAS SCHNEIDER: Tomamos nota do seu comentário.

NIGÉRIA: Eu quero falar de outro assunto, mas quero dizer que (inint) [00:35:46], e que nós gostaríamos de tratar esse tema. Eu queria avisar a respeito.

THOMAS SCHNEIDER: Muito obrigado. Vamos informar sobre esta reunião. Aqui termina essa sessão, e recomeçaremos 13 e meia da tarde. Obrigado.